



PARECER PRÉVIO Nº 38/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10922/2015.

Aposos: Processo nº 11212/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Canutama

4- Exercício: 2014

5- Responsável: João Ocivaldo Batista de Amorim (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Tayanna Bahia Costa - OAB/AM 7.656 e Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6/2018-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Canutama. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das contas da responsabilidade do Sr. JOÃO OCIVALDO BATISTA DE AMORIM**, Prefeito e Ordenador de Despesas no EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014, nos termos do art. 31, parágrafos 1º e 2º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 e art. 1º, inciso I, e art. 29 da Lei n.º 2.432/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE n.º 09/87.

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Outubro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).



PARECER PRÉVIO Nº 38/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 38/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 38/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10922/2015.**
Apenso: Processo nº 11212/2014.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Canutama
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** João Ocivaldo Batista de Amorim (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6/2018-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Canutama. Exercício de 2014.

Regularidade com ressalvas. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. JOAO OCIVALDO BATISTA DE AMORIM**, responsável pela Prefeitura MUNICIPAL DE CANUTAMA, no curso do EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014, nos termos do parágrafo art. 22, II, c da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 188, II da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM.
- 9.2. **Aplicar Multa ao Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim** no valor de **R\$ 10.951,00** que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE das restrições apontadas nos ITENS 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7, 5.8, 5.9, 5.10, 5.11, 5.12 e 19 do Relatório/Voto, pelo conjunto da obra, conforme estabelece o art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**.

9.2.1 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o RESPONSÁVEL proceda com o recolhimento da multa a ele imputada à esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de



ACÓRDÃO Nº 38/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 38/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”, devendo a responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM.

9.3. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. JOÃO OCIVALDO BATISTA DE AMORIM, caso persista o débito e a IMEDIATA COBRANÇA EXECUTIVA, nos moldes do art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 04/2002 – TCE/AM, caso o RESPONSÁVEL não recolha o valor referente a multa aplicada por esta Corte de Contas.

9.4. Recomendar a Prefeitura Municipal de Canutama:

a) Envie os Relatórios de Gestão Fiscal (semestrais), dentro do prazo estabelecido pelas Resolução TCE de nº 15/2013, alterada pela Resolução nº 24/2013, sob pena das sanções legais (Restrição nº 2 do Relatório Conclusivo-DICAMI);

b) Especifique a Lei Autorizativa nos Decretos de Suplementação de Recursos, em cumprimento inciso XXIV artigo 1º Resolução nº 27, de 27 de novembro de 2013 (Restrição nº 9 do Relatório Conclusivo-DICAMI);

c) Relativamente ao Anexo 17 – Providenciar maior controle da dívida municipal, evitando o seu incremento; adotar medidas tendentes à manutenção do equilíbrio das contas do erário municipal; evitar o acúmulo de saldo na conta, promovendo os ajustes via setor de contabilidade, no que se refere ainda aos saldos de exercícios anteriores, com intuito de não comprometer exercícios futuros (Restrição nº 10 do Relatório Conclusivo-DICAMI);

d) **OBSERVE COM RIGOR** o que determina o disposto nos artigos 62, caput, §§ 2º e 8º, 67, § 1º, 65, incisos II e V e artigo 73, inciso I, aliena “a” da Lei 8666/93, artigos 58, 60 e 61 da Lei nº 4320/64, sob pena de considerar reincidente em Prestação de Contas Futuras (Item 10 e 11 do Relatório/Voto);

e) PASSE A JUNTAR nos processos de concessões de diárias, OS COMPROVANTES DE DESLOCAMENTOS, para melhor clareza e publicidade do mesmo, bem como a fim de cumprir o art. 9º, § Único, incisos I, II e III da Resolução nº 05/2008 – TCE/AM, SOB PENA DE



ACÓRDÃO Nº 38/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 38/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

CONSIDERAR REINCIDENTE em Prestação de Contas Futuras (Item 12.1 do Relatório/Voto)

f) OBEDEÇA COM RIGIDEZ o que determina os princípios assentados no caput do artigo 37, da Constituição Federal e o que prevê a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 4.320/64 e a Lei nº 8.666/93, SOB PENA DE CONSIDERAR REINCIDENTE em Prestação de Contas Futuras (Item 12.3 do Relatório/Voto).

10- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 9 de Outubro de 2018

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dra. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição